



Construção e Imobiliário considera OE'2022 decisivo para Portugal



Manuel Reis Campos

Presidente da CPCI e da AICCOPN
www.aiccopn.pt

A CPCI – Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário considera que o Orçamento do Estado para 2022 é um elemento decisivo e, em conjunto com as demais Confederações que integram o CNCP – Conselho Nacional das Confederações Patronais, apresentaram propostas para o OE'2022 que traduzem uma ambição de concretizar uma nova dinâmica de crescimento e de competitividade para o nosso País, capaz de abranger o conjunto das empresas nacionais e envolver toda a sociedade. O desafio de encontrar soluções que permitam a Portugal iniciar um novo ciclo de crescimento sustentado, alicerçado na promoção do investimento público e privado, no reforço da coesão social e territorial e na competitividade do tecido empresarial é prioritário e o próximo orçamento não pode ficar à margem deste esforço coletivo.

Com efeito, toda a Europa se mobiliza para implementar uma estratégia que coloca domínios como a resiliência, a transição climática e a transição digital em destaque, e procura um posicionamento mais forte à escala global, e Portugal tem de ser capaz de acompanhar esta aposta, pelo que o OE'2022 tem de ser um instrumento voltado para o crescimento. As medidas defendidas pelas Confederações Patronais são um contributo importante por parte do mundo empresarial e apontam para um objetivo comum, assegurar que 2022 é um ano de retoma sustentada e de convergência com os restantes parceiros europeus.

Naturalmente que as

especificidades de cada Setor de atividade não podem estar ausentes no OE'2022. No caso da Construção e Imobiliário consideramos essenciais medidas como a definição e cumprimento de um rigoroso planeamento do investimento público, a alteração da fiscalidade incidente sobre o imobiliário, a redução da carga burocrática e fiscal sobre as empresas ou o apoio à sua qualificação e a reorientação da formação profissional, entre outras. As propostas setoriais serão agora abordadas em concreto, mas esta posição conjunta que reúne, pela primeira vez, todas as grandes Confederações Patronais nacionais, constitui um tronco comum de uma estratégia com carácter verdadeiramente transversal e integrador.

Capitalizar para investir, estimular e atrair fiscalmente o investimento, qualificar para competir, melhorar o ambiente de negócios e investir com racionalidade são objetivos que defendemos e que orientam as 20 medidas apresentadas com realismo e sentido de oportunidade. E com a certeza de que, tanto o Governo como os partidos políticos não ficarão indiferentes a este sentido de responsabilidade por parte dos empregadores nacionais que, perante um momento sem precedentes na nossa história coletiva, procuram, através da união de esforços e da criação de consensos, contribuir para que Portugal possa, rapidamente, reencontrar o caminho do crescimento económico e da sustentabilidade. O Setor da Construção e do Imobiliário está preparado para dar o seu indispensável contributo.